

Agricultura e Aventura no Brasil Colônia: breve ensaio a partir de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior

Jean Henrique Costa *

Resumo: O ensaio em questão objetiva estudar a temática do desenvolvimento agrícola no Brasil colônia. Trata-se, antes de tudo, de um esboço bibliográfico expositivo a partir das obras *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda; e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), escrita por Caio Prado Júnior, visando compreender a questão agrícola no Brasil colônia como um fator condicionante da realidade social vigente no período, e que, nas vicissitudes enfrentadas, determinava a precariedade material da vida social.

Palavras-chave: pensamento brasileiro; agricultura; Brasil colônia; condições sociais.

Apresentação

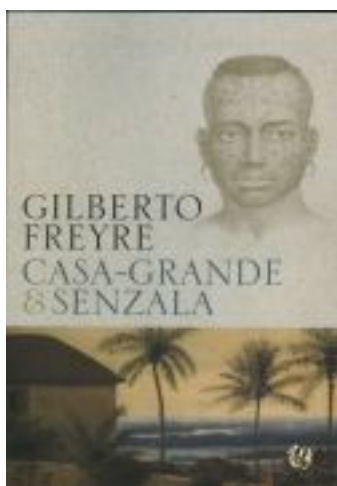
O ensaio em questão objetiva estudar a temática do desenvolvimento agrícola no Brasil colônia. Apresenta, estruturalmente, o quadro histórico do alargamento agrícola em um Brasil recém-ocupado. Não se trata de um extenuante referencial teórico; tampouco de um inventário empírico acerca do problema em tese. Trata-se, antes de tudo, de um esboço bibliográfico expositivo a partir das obras *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda; e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), escrita por Caio Prado Júnior, visando emoldurar a questão agrícola no Brasil colônia como um fator condicionante da realidade social vigente no período, e que, nas vicissitudes enfrentadas, determinava a precariedade material da vida social. Em outras palavras, a precária existência material agrícola condicionava o baixo progresso interno colonial e alargava a dependência

brasileira. Embora isso não se constitua em nenhuma fecunda novidade, buscase aqui enquadrar tal constatação no referencial teórico-histórico já descrito. Assim, o texto a seguir tenta responder, deste modo, qual a ponderação que os citados autores têm acerca do alicerce agrícola do período e qual a relação que este tinha com a existência material em vigor no Brasil colônia.

Vale salientar que nas décadas de 30 e 40 do século XX o debate brasileiro sobre o meio agrícola estava fortemente marcado por uma visão ainda determinista da relação entre homem e natureza. Além disso, trata-se de décadas de grande concentração territorial de investimentos, o que expressou seletividade espacial e, conseqüentemente, contribuiu para a marginalização de algumas áreas do país, acirrando os infortúnios do meio físico. Tal conjuntura teve peso importante na reprodução do quadro agrônômico nacional. Os autores em questão, embora imersos nessa

realidade, perceberam o objeto por um ângulo não tão determinista e tecnicista.

Metodologicamente, o escrito se apóia na leitura integral dos livros citados. Trata-se de uma análise de conteúdo com grade aberta, reconhecendo como unidades de análise parágrafos em que os autores trataram da questão agrícola no Brasil colônia. Não se trata de um estudo original, nem polêmico. É mais didático do que investigativo. É um ensaio, conforme terminologia do mesmo, que busca mais descrever do que inferir. A seguir, tem-se a exposição e apreciação dos textos.



O Brasil colonial agrícola de Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala*

Gilberto Freyre, autor de *Casa-Grande & Senzala*, adota, como os demais pensadores brasileiros interessados na temática, a terminologia “sociedade agrária” para entender e avaliar a questão social no Brasil. Preocupado em relacionar a questão agrária sob o latifúndio, o trabalho escravo e o hibridismo vigente nas relações raciais de nossa formação cultural, Freyre assim sintetiza a caracterização de nossa formação:

A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português

com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor [...] Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição. (FREYRE, 2006, p. 65, grifo nosso).

Freyre com isso esboça, por conseguinte, a visão de Brasil com a qual avançaria sua obra. No Brasil colonial, diferentemente da colonização espanhola na América tropical, o peso das famílias tradicionais rurais – os senhores de engenho – tiveram influência marcante na formação material e social da colônia. Famílias autônomas, de grandes posses rurais e detentoras de grandes levas de braços escravos, além de grande faculdade de decisão frente ao poder central (Metrópole), foram condicionantes para o desenvolvimento da estrutura agrária brasileira. “A sociedade colonial no Brasil, principalmente em Pernambuco e no Recôncavo da Bahia, desenvolveu-se patriarcal e aristocraticamente à sombra das grandes plantações de açúcar, não em grupos a esmo e instáveis; em casas-grandes de taipa ou de pedra e cal, não em palhoças de aventureiros” (FREYRE, 2006, p. 79).

No Brasil, reforça Freyre (2006, p. 80), as grandes plantações foram obras não do Estado colonizador, sempre “somítico em Portugal”, mas de corajosa iniciativa particular. Dos três poderes aqui nitidamente existentes, a Igreja ainda exercia “sombra” ao poderio do senhor de engenho e sua obra colonizadora. Aqui existiu, nas palavras do autor, a família como unidade produtiva e como a aristocracia colonial mais poderosa da América. O rei de Portugal reinava sem governar, aponta Freyre. Sob o tripé do latifúndio, do braço escravo e da cultura do açúcar,

formou-se uma sociedade de base eminentemente agrícola, movida pelo trabalho de negros importados da África e pelo chicote do senhor de engenho. Para Freyre, a exploração agrária como estrutura geral da colonização; utilizando quase que unicamente do braço africano como técnica (aliás, rudimentar) de exploração desta estrutura; e o hibridismo presente na formação racial da população, traria de formar aqui uma sociedade *sui generis*.

A vida econômica na colônia não foi tarefa fácil para os recém instalados. Embora Freyre (2006, p. 77) situe o português como sendo, entre os europeus, o povo de maior adaptabilidade aos trópicos (devido sua proximidade climática e étnica com a África), “foi, ainda assim, uma rude mudança a que ele sofreu transportando-se para o Brasil”. A exploração econômica aqui predominante, a base agrícola, teria uma série de limitações nada idílicas ao processo de desenvolvimento da vida social do período colonial. Diferentemente do inglês que na América temperada encontrou clima genericamente semelhante à sua terra-mãe, o português aqui se deparou com uma série de dificuldades naturais. De acordo com Freyre:

Tudo aqui era desequilíbrio. Grandes excessos e grandes deficiências, as da nova terra. O solo, excetuadas as manchas de terra preta ou roxa, de excepcional fertilidade, estava longe de ser o bom de se plantar nele tudo o que se quisesse, do entusiasmo do primeiro cronista. Em grande parte rebelde à disciplina agrícola. Áspero, intratável, impermeável. Os rios, outros inimigos da regularidade do esforço agrícola e da estabilidade da vida de família. Enchentes mortíferas e secas esterilizantes – tal o regime de suas

águas. E pelas terras e matagais de tão difícil cultura como pelos rios quase impossíveis de ser aproveitados economicamente na lavoura, na indústria ou no transporte regular de produtos agrícolas – viveiros de larvas, multidões de insetos e de vermes nocivos ao homem [...] Particularmente ao homem agrícola, a quem por toda parte afligem mal ele inicia as plantações, as ‘formigas que fazem muito dano’ à lavoura; a ‘lagarta das roças’; as pragas que os feiticeiros índios desafiam os padres que destruam com os seus sinais e as suas rezas. (FREYRE, 2006, p.77).

Tais dificuldades naturais imprimiram na exploração econômica formas condicionantes *de parte* do atraso agrícola do período. Os solos eram férteis reconhecidamente no trecho litorâneo (estrategicamente o mais habitado, em comparação com o espaçado povoamento do interior). Os grandes rios, fatores de fartura e prosperidade, com as enchentes traziam mais problemas do que soluções. As pragas, com as técnicas rudimentares da época, ficavam à mercê do senso comum nada criativo. Entre o excesso (pragas e cheias dos rios) e a carência (secas) vivia a agricultura colonial brasileira. O português aqui encontrou uma América tropical de difícil estrutura física para que se instalasse alguma forma permanente e estável de economia e de sociedade. Aqui, paralela à existência da abundância de gêneros primários a disposição do colono, há igualmente a exuberância das “formas perniciosas de vida vegetal e animal, inimigas de toda cultura agrícola organizada e de todo trabalho regular e sistemático”. Segundo Freyre:

No homem e nas sementes que ele planta, nas casas que edifica, nos animais que cria para seu uso ou

sua subsistência, nos arquivos e bibliotecas que organiza para sua cultura intelectual, nos produtos úteis ou de beleza que saem de suas mãos – em tudo se metem larvas, vermes, insetos, roendo, esfuracando, corrompendo. Semente, fruta, madeira, papel, carne, músculos, vasos linfáticos, intestinos, o branco do olho, os dedos dos pés, tudo fica a mercê de inimigos terríveis. (FREYRE, 2006, p. 78).

É nesse contexto empírico que se instala o português no Brasil. Embora sua adaptabilidade aos trópicos lhe fosse um diferencial frente aos demais europeus, nem para esse plástico homem aos trópicos a aventura brasileira seria fácil. Mesmo assim, fixou-se nestas terras e foi o português o primeiro europeu a passar de simples extrator de riquezas para produtor de riqueza, através das colônias de plantações, regime em que o colono se fixa na terra e a explora através da grande lavoura escravocrata. Estava iniciada a economia açucareira na colônia. Todavia, os problemas foram muitos. Freyre (2006, p. 85) aponta que muitos dos colonos que aqui se tornaram grandes proprietários rurais não tinham pela terra nenhum amor nem gosto pela cultura agrícola. Na Portugal do século XVI não restava muito de vida rural. “O que restava aos portugueses do século XVI de vida rural era uma fácil horticultura e um doce pastoreio: e, como outrora entre os israelitas, quase que só florescia entre eles a cultura da oliveira e da vinha” (FREYRE, 2006, p. 86). Freyre infere que somente as imposições da época (comerciais, físicas, políticas, etc.) tornaram agrário o português no Brasil. Os problemas físicos foram muitos. As enchentes foram um deles.

Um rio grande daqueles quando transbordava em tempo de chuva era para inundar tudo, cobrindo

canaviais e matando gado e até gente. Destruindo. Devastando. Lavoura e pecuária eram quase impossíveis às suas margens, porque tanto tinha de fácil o estabelecimento quanto de fatal a destruição pelas enchentes, pelas cheias que ou dizimavam as manadas ou corrompiam-lhes o pasto; e em vez de beneficiarem as plantações, destruíam-nas completamente ou em grande parte. (FREYRE, 2006, p. 87).

Os rios grandes foram colaboradores incertos para a colonização portuguesa no Brasil. Muito deve o Brasil aos rios menores, porém, mais regulares, alerta o autor. Para ele, foram os rios menores que possibilitaram a sedentariedade rural do senhor de engenho e, com ela, uma parte do “progresso” material da colônia. “Terra e homem estavam em estado bruto”, afirma Freyre (2006, p. 86). Não somente as condições físicas eram adversas, como também o português tecnicamente não estava pronto para uma exploração racional da terra colonial. Faltava-lhe “educação” para a nova empreitada. Todavia, a exploração foi edificada e, apesar de todas as limitações, fez-se um Brasil agrícola a partir de um colono nada agrônomo. Prova maior foi a grande economia açucareira no Brasil colônia. Aventureiros, porém, senhores do açúcar; ricos senhores de engenho. As condições adversas do meio estavam, em parte, amortizadas com poucos paralelos na história ocidental.

Sérgio Buarque de Holanda e a compreensão da agricultura no Brasil colônia

Antonio Candido, ao introduzir a obra *Raízes do Brasil*, afirma que a lavoura da cana-de-açúcar no Brasil seria, para Sérgio Buarque de Holanda, “uma ocupação aventureira do espaço, não correspondendo a ‘uma civilização

tipicamente agrícola”. Seria uma adaptação primitiva ao meio natural pré-existente, com baixa capacidade técnica e pouco enfrentamento às condições naturais.



Sérgio Buarque inicia *Raízes do Brasil* cronologicamente elucidando a diferença entre o território habitual dos colonizadores e as terras estranhas a que iriam se deparar. Para ele, “o fato dominante e mais rico em consequências” (HOLANDA, 1995, p. 31).

Para a compreensão do tipo de organização social e material que viria se instaurar no Brasil, Sérgio Buarque utiliza as categorias “*trabalho*” e “*aventura*” para demonstrar alguns desdobramentos empíricos de nossa colonização. Para ele, a “exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: *fez-se antes com desleixo e certo abandono*” (HOLANDA, 1995, p. 43, grifo nosso).

Segundo Holanda, “nas formas de vida coletiva podem assinalar-se dois princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens. Esses dois princípios encarnam-se nos tipos do aventureiro e do trabalhador” (HOLANDA, 1995, p. 44, grifo nosso).

O tipo puro do aventureiro se define por uma forma humana que ignora fronteiras. O ideal é “colher os frutos sem plantar a árvore”. Sabe transformar obstáculos em trampolins. Vive dos espaços ilimitados, de horizontes distantes e largos. O tipo puro contrário a ele é o trabalhador. Este primeiro enxerga a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente, marca esse indivíduo. Sabe tirar o máximo de proveito do insignificante. Seu ponto de vista é, naturalmente, mais restrito. Há uma ética particular para cada uma destas tipologias. Na ética do aventureiro, predominam os valores da audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, recompensa imediata. Buscam-se riquezas sem trabalho árduo e não o contrário. Para a ética do trabalhador, valores como estabilidade, segurança pessoal e esforços sem perspectiva rápida de proveito material são a base para suas ações. “Na obra da conquista e colonização dos novos mundos coube ao ‘trabalhador’, no sentido aqui compreendido, papel muito limitado, quase nulo”, enfatiza Holanda (1995, p. 45). Para ele, a época em questão exigia grandes façanhas, gestos grandiosos de aventura no mar. Grandes vôos. Não seria a atitude de indivíduos metódicos e racionais, de horizontes curtos, mediatos e calculados, que iriam se lançar ao mar em busca de riquezas pouco racionalizáveis. Até mesmo o inglês, mostra Sérgio Buarque, não foi naquele período industrioso para tal empreitada metódica. Esse gosto pela aventura teve influência decisiva (não apenas a única) em nossa vida nacional. Foi o elemento “orquestrador por excelência” (HOLANDA, 1955, p. 46). O povo ibérico, no valor atribuído a pessoa humana, na aversão ao culto da moral do trabalho, na cultura da

personalidade, na ideia de superação e de competições individuais, sempre optou por empreendimentos em que o ócio não fosse desprezado. No Brasil não foi diferente. Não se ensaiou em nenhum momento o trabalhador branco na lavoura canavieira, como dirá, mais adiante, Caio Prado Júnior. De acordo com Holanda, “uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram como ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação” (HOLANDA, 1995, p. 38).

Essa carência de moral no trabalho e a busca da valorização do ócio se ajustam bem a capacidade reduzida de organização social e material no Brasil colônia. “Os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui facilmente, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes” (HOLANDA, 1995, p. 33). Essa frouxidão social e a falta de hierarquia organizada irão condicionar todas as esferas sociais da colônia e, dentre elas, a vida material não fugirá a regra. A atividade agrícola será materialmente reflexo dessa colonização “desleixada”.

Sérgio Buarque preocupou-se bastante com a questão técnica da mão de obra. Para ele, “a abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas fez com que a grande propriedade rural se tornasse, aqui, a verdadeira unidade de produção. Cumpria apenas resolver o problema do trabalho. E verificou-se, frustradas as primeiras tentativas de emprego do braço indígena, que o recurso mais fácil estaria na introdução de escravos africanos” (HOLANDA, 1995, p. 48). A presença do negro foi sempre um fator obrigatório nos latifúndios coloniais, aponta Sérgio Buarque. Os índios não

eram metódicos para o trabalho na lavoura canavieira. E isso, Caio Prado Júnior irá detalhar minuciosamente em sua obra. As técnicas agrícolas aqui empregadas não eram racionais. “Em realidade, só com alguma reserva se pode aplicar a palavra ‘agricultura’ aos processos de exploração da terra que se introduziram amplamente no país com os engenhos de cana. Nessa exploração, a técnica européia serviu apenas para fazer ainda mais devastadores os métodos rudimentares de que se valia o indígena em suas plantações” (HOLANDA, 1995, p. 49).

O português veio buscar riqueza, mas riqueza sem trabalho árduo (HOLANDA, 1995, p.49). A lavoura canavieira era promissora, por isso o trabalho foi sempre muito simplificado. O português não foi um segundo de tempo além das necessidades primárias. Sérgio Buarque ainda tenta justificar tal agricultura rudimentar ao afirmar que Portugal, enquanto metrópole, não possuía braços suficientes para a empresa colonial. Ainda que tivesse, não era um povo agrícola, conforme já mostrou Gilberto Freyre. A “aventura”, enquanto visão de mundo também não proporcionou a vida agrícola colonial bases equilibradas de progresso. Aqui, o que predominou mesmo foi a agricultura do tipo predatória, devido as circunstâncias da época e as características humanas em atividade. Em síntese, Sérgio Buarque afirma que a lavoura no Brasil permaneceu longamente aferrada a concepções rotineiras, sem progressos técnicos. Atuando lado a lado às resistências da natureza, aqui a inércia e a passividade dos colonos não fizeram dos obstáculos “muitas vezes poderosos e inesperados obstáculos à implantação de tais melhoramentos”. Os custos eram altos, além do trabalho exigido. Faltava estímulo a melhoramentos de qualquer

natureza, enfatiza Holanda. Para ele, “na economia agrária, pode-se dizer que os métodos maus, isto é, rudimentares, danosos e orientados apenas para o imoderado e imediato proveito de quem os aplica, tendem constantemente a expulsar os bons métodos” (HOLANDA, 1995, p. 51).

No Brasil colônia, as condições locais quase que impunham os maus métodos, ironiza o autor. Era preciso energia paciente e sistemática para a mudança do quadro. Como o português não tinha pressa, e todos queriam extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios, predominaram sempre as técnicas rudimentares e predatórias que nenhum progresso essencial davam à terra. Em quase nada se distanciou a agricultura colonial dos saberes indígenas anteriores. A persistência da lavoura do tipo predatório caracteriza substancialmente o tipo de produção agrícola aqui existente: uso da enxada e da pá (ou até mesmo simples cavadeiras de pau) em lugar do arado para o plantio das sementes; queimadas no lugar de outros métodos de desbravamento. A queimada, “além de prejudicar a fertilidade do solo [...], destruindo facilmente grandes áreas de vegetação natural, [traria] outras desvantagens, como a de retirar aos pássaros a possibilidade de construírem seus ninhos”, pássaros estes elementos facilitadores do extermínio de algumas pragas naturais (HOLANDA, 1995, p. 68). Embora os colonos não ibéricos, sobretudo alemães localizados no Sul do Brasil, tivessem maior facilidade com as técnicas agrícolas, isso não significou grande avanço aos processos rudimentares da agricultura colonial brasileira. Esses também não se mostraram, de imediato, muito progressistas frente aos portugueses. Houve mais retrocesso do que avanço. Adaptação aos simples processos

agrícolas indígenas. “Tiveram [os colonos não ibéricos] de acomodar-se, finalmente, ao tradicional sistema brasileiro” (HOLANDA, 1995, p. 68). Salvo em raras exceções, empregou-se o uso do arado. Na América portuguesa, nas palavras de Sérgio Buarque, a lavoura continuou a se fazer “nas florestas e à custa delas”. Estava entregue as possibilidades naturais, resultando em longos anos de baixo avanço colonial.



Caio Prado Júnior

A síntese de Caio Prado Júnior para a agricultura do período: rotina e ignorância

Caio Prado Júnior, dos autores em estudo, foi aquele que mais se debruçou sobre a formação contemporânea do Brasil a partir de sua existência material, isto é, a partir das relações de produção de que dispôs o território. A partir da representação conceitual que chamou de “*sentido da colonização*”, Caio Prado Júnior expôs didaticamente os quatro elementos basilares de nossa composição enquanto nação periférica: o grande latifúndio; a monocultura; o trabalho escravo; e a produção dos gêneros primários voltados ao mercado externo. É com este sentido, de colônia produtora de gêneros primários para a

Europa, que se forma a linha mestra de nosso desenvolvimento.

A principal perspectiva econômica da empreitada portuguesa nos trópicos (o açúcar) teve que se processar com uma base procedimental-técnica extremamente intuitiva. O clima e outros fatores ajudariam nas áreas mais cultiváveis. De uma forma geral, toda a costa brasileira presta-se ao cultivo da cana-de-açúcar. É nesse fundamento, portanto, que se iniciará a ocupação efetiva e a colonização do Brasil. Segundo Prado Júnior (2004, p. 33):

Há um fator material que determina este tipo de propriedade fundiária. A cultura da cana-de-açúcar somente se prestava, economicamente, a grandes plantações. Já para desbravar convenientemente o terreno tornava-se necessário o esforço reunido de muitos trabalhadores; não era empresa para pequenos proprietários isolados. Isto feito, a plantação, a colheita e o transporte do produto até os engenhos onde se preparava o açúcar, só se tornavam rendosos quando realizados em grandes volumes. Nestas condições, o pequeno produtor não podia subsistir. (PRADO JÚNIOR, 2004, p.33).

Essas foram as circunstâncias que determinaram a grande propriedade (latifúndio) como o tipo de exploração adotada pelo Brasil. A ideia de pequenos produtores rurais, reunidos em torno do trabalho comunitário-familiar, do tipo inglês, não se cogitara. A monocultura será a outra base da ocupação brasileira e, com ela, o trabalho escravo.

A grande propriedade será acompanhada no Brasil pela monocultura; os dois elementos são correlatos e derivam das mesmas causas. A agricultura tropical tem por objetivo único a produção de

certos gêneros de grande valor comercial, e por isso altamente lucrativo [...]. Com a grande propriedade monocultural instala-se no Brasil o trabalho escravo. Não somente Portugal não contava com população bastante para abastecer sua colônia de mão de obra suficiente, como também, já o vimos, o português, como qualquer outro colono europeu, não emigra para os trópicos, em princípio, para se engajar como simples trabalhador assalariado do campo. “A escravidão torna-se assim, uma necessidade”. (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 34).

Escravidão de índio (mão de obra pouco racionalizável ao trabalho sedentário); depois do negro africano. Posto assim, inicia-se a produção canavieira brasileira e com ela a vida social da colônia. Contudo, as condições técnicas estavam atrasadas. A precariedade das técnicas utilizadas no cultivo agrícola era assombrosa. Caio Prado Júnior (1953, p. 129) afirma que “o desenvolvimento da agricultura no período que temos em vista, embora bastante considerável, é muito mais quantitativo que qualitativo. Daí sua precariedade, e salvo em raros casos excepcionais, sua curta duração”.

A “técnica” da “queimada” foi o único processo utilizado para a instalação de novas culturas nas áreas já plantadas. Processo esse brutal e primitivo na avaliação do autor. Esgotavam-se os solos e, como paliativo, somente o abandono puro e simples do solo por anos e anos consecutivos com fins de novos plantios. Contribuindo com o esgotamento dos solos, o uso intensivo da lenha (para os engenhos) foi responsável por grande devastação de áreas naturais cultiváveis no Brasil colônia. Esgotamento esse tanto pela devastação (surgimento de desertos estéreis), quanto pelo próprio processo

de “queima” orgânica. Acrescenta Prado Júnior (1953, p. 130) que nem sequer se “cogitara ainda em utilizar o bagaço da cana como combustível, coisa que nas colônias inglesas, francesas e holandesas já se tornara processo rotineiro”. Além disso, o enorme vácuo deixado pela devastação tornava o acesso à madeira de lenha mais distante, fato que contribuía para o fechamento de vários engenhos. Prado Júnior (1953, p. 130) avança em sua análise e coloca outro fator de precariedade da agricultura colonial brasileira: a separação entre agricultura e pecuária. Tal separação privou do “único elemento fertilizante de que poderia dispor: o estrume dos animais”. Não havendo sequer a fertilização a partir de elementos orgânicos até disponíveis na colônia, recursos como irrigação e drenagem nunca se cogitaram. A diversificação de culturas também não se conjeturara. A cultura mais rentável no comércio europeu era a mais adequada aos solos brasileiros. Nem mesmo se pensara em diversificar o mesmo gênero primário. “Até princípios do século XIX só se conhecia uma única variedade de cana-de-açúcar, a mesma que se cultivava desde o início da colonização” (PRADO JÚNIOR, 1953, p. 134). Paralelo a atividade agrícola em si, suas “indústrias complementares” em nada se aperfeiçoaram. O engenho de açúcar permanecia o mesmo. As fontes de energia também se mantinham inertes: limitadas à força física do homem e do animal. Prado Júnior (2004, p. 90, grifo nosso) avalia criticamente que:

Estes índices da agricultura brasileira revelam, sem margem para dúvidas, o seu ínfimo nível técnico. A rotina e a ignorância. O responsável por tal estado de coisas é naturalmente o sistema geral da colonização, fundada no trabalho

ineficiente e quase sempre semi-bárbaro do escravo africano [e no] regime político e administrativo que a metrópole impôs à sua colônia fora sempre, pelo menos no último século, de isolar o Brasil, mantê-lo afastado do mundo e impedindo portanto que aqui chegasse outra coisa qualquer que os reflexos do já baixo nível intelectual do Reino. Doutro lado, não supria o isolamento em que vivia a colônia o mais rudimentar sistema de educação e instrução que fosse. (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 90, grifo nosso).

Deste modo, Caio Prado Júnior, em avaliação ao baixo nível técnico das atividades agrárias do período colonial, conclui que o reduzido progresso agrícola e suas consequências não podem ser atribuídos unicamente à incapacidade dos colonos. “Em muitos casos [o colono] não podia fazer melhor” (1953, p. 136). O mal era muito mais profundo e estava enraizado no próprio *sentido da colonização*. As consequências eram racionalmente previsíveis: ignorância e inércia técnica e, como sequela, mais atraso e dependência. O peso estrutural estava posto.

Um breve desfecho

A presente leitura foi guiada mais por consensos do que por dissensos. No universo consensual, os autores trabalhados são unânimes em pensar a agricultura do Brasil colônia, em especial a cultura canavieira, como um empreendimento a mercê de qualquer possibilidade de progresso técnico. Em Gilberto Freyre, o não agrarismo do português, aliado a sua pouca educação técnica e às adversidades naturais, revelam o baixo desenvolvimento material das plantações do período. Sérgio Buarque de Holanda pensa o atraso agrícola colonial a partir das

categorias *aventura*, *desleixo* e *abandono* (embora, para ele, não constitua “menoscabo à grandeza do esforço português”), sendo a vida agrária colonial uma simples adaptação primitiva ao meio natural pré-existente, com baixa capacidade tecnológica e pouco enfrentamento das condições naturais. Finalizando com Caio Prado Júnior, em consonância com os demais, a rotina e a ignorância foram elementos cruciais para o retardamento agrícola do período. Não se experimentou nenhum melhoramento técnico na agricultura, o que releva, frente às adversidades naturais, um convite aos infortúnios do meio físico e de concorrentes mais aparelhados.

O presente texto, conforme já descrito na apresentação deste ensaio, não possui nenhuma motivação para inferências atuais. Todavia, uma nota especulativa pode ser chamada para um melhor uso do escrito. O Brasil do século XXI é radicalmente distinto do Brasil colônia. Isso é inquestionável. Entretanto, na extensão do território atual, na diversidade espacial das formas-conteúdo do território brasileiro, existem áreas onde a agricultura ainda se depara de mãos atadas com as adversidades do meio natural. O desenvolvimento desigual e combinado, para usar a terminologia de Trotsky (1981), vigora empiricamente em partes, mesmo que pontuais, da realidade brasileira. Há uma agricultura moderna, vinculada ao circuito global, que é avançada tanto em melhoramentos genéticos quanto em produtividade. Por outro lado, existem aqueles espaços no qual a modernidade não chega. Áreas periféricas, deprimidas. Historicamente coexistem e se sucedem formas espaciais distintas (SANTOS, 1999). Como sugestão, a obra de Milton Santos se apresenta como um enérgico recurso teórico para

se compreender essa relação atual entre o moderno e o pré-moderno. O capitalismo não cria simplesmente formas materiais homogêneas. Lado a lado coexiste uma agricultura avançada e uma atrasada. Esta modernidade agrícola não mais se concentra no centro-sul. Não está mais agrupada integralmente no coração econômico brasileiro. Está espalhada até mesmo em áreas antes consideradas inóspitas para o cultivo de determinados gêneros agrícolas. Todavia, paralelo aos avanços técnicos (fertilização, irrigação, melhoramento genético, etc.), há aquelas áreas onde o agricultor vivencia ainda grande experiência *aventureira*. Por exemplo, não há irrigação efetiva e a fertilização é precária. Além disso, programas de crédito rural se mostram administrativamente ineficientes. As assimetrias de recursos e de poder são visíveis.

À título de desfecho, a história nos mostra a relação entre o atraso agrícola e a precariedade social do Brasil colônia. Reduzir as disparidades agrícolas brasileiras já seria um caminho concebível para a amortização das desigualdades regionais e o caminhar de um novo país. Desta vez, os meios já estão dispostos. Até que ponto a reprodução de um infausto quadro de desigualdade tem que permanecer? Especulem também!

Referências

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1953.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

TROTSKI, Leon. O critério do internacionalismo. In: MIRANDA, Orlando (org.). **Trotski**. São Paulo: Ática, 1981 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

* **JEAN HENRIQUE COSTA** é Sociólogo (DCS/UFRN), bacharel em Turismo (UnP), esp. Demografia (DEST/UFRN), mestre em Geografia (PPGe/UFRN) e doutorando em Ciências Sociais (PGCS/UFRN). Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. E-mail: jeanhenrique@uern.br